

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

1. Identificação do Evento

Data de Início	Data de Término	Local
03/12/2017	05/12/2017	Lisboa, PORTUGAL
Nome do Evento		
VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa		

2. Delegação brasileira

Nome	Ramal	Email
Dep. Átila Lins (Chefe da Delegação)	5-5730	dep.atilalins@camara.leg.br
Dep. Rosângela Gomes	5-5438	dep.rosangelagomes@camara.leg.br
Dep. Marcio Marinho	5-5326	dep.marciomarinho@camara.leg.br
Dep. Benedita da Silva	5-5330	dep.beneditadasilva@camara.leg.br
Dep. Shéridan	5-5246	dep.sheridan@camara.leg.br
Sr. Jorge Luiz Pennafort Palma	5-8061	jorge.palma@camara.leg.br

3. Objetivo

A delegação brasileira foi constituída para representar a Câmara dos Deputados na VII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP). A AP-CPLP é o órgão que reúne representações dos Parlamentos nacionais dos Estados membros da Comunidade e, portanto, congrega deputados e senadores dos parlamentos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No caso específico do Brasil, as atividades junto a este órgão parlamentar têm sido assumidas pela Câmara dos Deputados até que se instale a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme Resolução n. 2, de 2014, do Congresso Nacional. Segundo os Estatutos da AP-CPLP, o grupo nacional junto à Assembleia é composto por seis Membros, respeitado o princípio de um terço de representatividade de um dos gêneros. Eventos supervenientes impediram que a Câmara dos Deputados enviasse uma delegação com seis Deputados.

A Câmara dos Deputados exerce atualmente a presidência *pro tempore* da AP-CPLP. Na impossibilidade de participar da Assembleia Parlamentar e da Conferência de Presidentes dos Parlamentos da AP-CPLP, o Presidente da Câmara dos Deputados constituiu como seu representante o Deputado Átila Lins, Secretário de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados (RICD, Arts. 21-H e 21-I). Segundo o Estatuto da AP-CPLP, as reuniões plenárias devem acontecer, ordinariamente, uma vez por ano. A última reunião ocorreu em Brasília, em abril de 2016, e, nessa ocasião, a delegação portuguesa propôs que a Assembleia da República de Portugal sediasse a reunião plenária seguinte – proposta esta que foi aprovada por unanimidade (Art. 14, §3º, do mencionado Estatuto).

Pelo exposto, pode-se dizer que o objetivo da presente delegação foi representar a Câmara dos Deputados em órgão parlamentar multilateral do qual participa ativamente. Para essa sessão plenária interessava à Câmara dos Deputados, especialmente, discutir soluções para a constituição de uma Sede Permanente para o Secretariado Técnico da AP-CPLP, debater a participação de parlamentos de países com o status de observador junto à CPLP e discutir formas de cooperação que melhorem o intercâmbio acadêmico, científico e

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

cultural entre os Estados membros da CPLP.

Além de integrar a Comissão 2, de Economia, Ambiente e Cooperação, o Plenário da Comissão 2 indicou-me para a Vice-Presidência do Comitê Parlamentar junto Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP).

O relatório pormenorizado das atividades encontra-se a seguir:

4. Relatório das atividades e dos temas tratados

Dia 03 de dezembro de 2017, domingo

Às 19h45 as delegações partiram dos hotéis em direção a Cascais. Lá foram recebidas pelos Deputados Marco António Costa e Porfírio Silva, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do Grupo Nacional da Assembleia da República de Portugal junto à Assembleia Parlamentar da CPLP, na Messe de Cascais. Jantar de boas-vindas no mesmo local. Na oportunidade, os Deputados e Senadores presentes puderam trocar informações e expectativas sobre as reuniões do dia seguinte e antecipar vários pontos dos debates agendados para os dias 4 e 5 de dezembro.

Dia 04 de dezembro, segunda-feira

9:00 Comissão 2: Economia, Ambiente e Cooperação

Às nove horas do dia 04 de dezembro realizou-se na Sala 6 da Assembleia da República de Portugal, a reunião da Comissão 2, de Economia, Ambiente e Cooperação, da VII Reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP).

Estiveram presentes os seguintes parlamentares: Deputada Lucília Nota Hama e Deputado Isaac Mandava – pela Assembleia da República de Moçambique; Deputadas Luísa Damião e Eulália Silva – pela Assembleia Nacional de Angola; Deputada Shéridan e Deputado Átila Lins – pela Câmara dos Deputados do Brasil; Deputado Nuías da Silva – pela Assembleia Nacional de Cabo Verde; Deputada Aba Serra – pela Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Deputado Jesus Mba Nguema – pela Câmara de Deputados da Guiné Equatorial; Deputados Luís Moreira Testa e Pedro do Ó Ramos – pela Assembleia da República de Portugal; Deputado José Xavier Mendes – pela Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Presidiu aos trabalhos a Deputada Lucília Hama. Não estando o Parlamento Nacional de Timor-Leste representado na VII Reunião da AP-CPLP, fui convidada a integrar a Mesa, na qualidade de Vice-Presidente, sob a justificativa de o Brasil exercer a Presidência da AP-CPLP.

A Presidente deu início aos trabalhos, propondo a leitura da ata da última reunião da Comissão, realizada em Brasília no dia 05/04/2016. A Presidente passou à leitura das conclusões e recomendações da última reunião, salientando a necessidade, conforme o

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

ponto 2 da pauta, que cada país indicasse o nome do seu representante para integrar o Mecanismo para a Facilitação da Implementação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da CPLP, informando a este respeito que a participação de Moçambique seria assegurada pela própria, Deputada Lucília Nota Hama. A Presidente solicitou aos membros da Comissão o nome do representante de cada país para a Comissão Instaladora. Os representantes dos países presentes usaram da palavra, tendo sido indicados na reunião a representação dos seguintes países: o Brasil será representado por mim, Deputada Shéridan, Cabo Verde será representado pelo Deputado Nuías da Silva, e Guiné-Bissau será representado pela Deputada Aba Serra. Em caráter provisório, foram nomeados os Deputados Eulália Silva e Jesus Mba Nguema para representar, respectivamente, Angola e Guiné Equatorial.

A Presidente solicitou, em seguida, a intervenção dos membros sobre o progresso dos trabalhos de elaboração dos dados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. De minha parte, salientei a importância de se definir uma data para o envio dos dados, tendo sido proposto o envio até ao dia 5 de março de 2018. A Presidente propôs que os nomes dos representantes definitivos no Mecanismo para a facilitação da Implementação do CONSAN sejam igualmente confirmados até dia 5 de março de 2018.

A Deputada Luísa Damião observou que semelhantes dados não são estanques e que, portanto, deveriam ser atualizados com uma periodicidade semestral. Diante dessa ressalva, reiterei que o envio do primeiro relatório fosse feito até 5 de março e que, a partir daí, fosse feita a atualização semestral dos dados. O Deputado Pedro do Ó Ramos, de Portugal, esclareceu que a nível nacional se encontra apresentado o Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que até 5 de março será feito o ponto de situação.

O Deputado Luís Moreira Testa, da Assembleia da República de Portugal, usou da palavra, referindo que a Comissão deveria ter uma agenda regular e permanente, tendo em conta as áreas da Economia, Ambiente e Cooperação.

A Presidente concordou com o proposto e pediu comentários dos membros. O Deputado Nuías da Silva, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, usou da palavra, avançando os temas das questões ambientais, alterações climáticas, resiliência dos Estados e da economia. Transmitiu igualmente aos Deputados da Delegação Portuguesa a solidariedade com Portugal atendendo aos incêndios que deflagraram no país. A Presidente manifestou igualmente, em nome da Comissão, a solidariedade para com Portugal, no que foi acompanhada pelos representantes presentes.

Tomando a palavra, sugeri aprofundar os temas do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, sem descuidar das questões sobre Segurança Alimentar. A Deputada Luísa Damião, da Assembleia Nacional de Angola, realçou a necessidade de aprofundar as formas de cooperação. O Deputado Átila Lins sugeriu que se buscasse estreitar os laços com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

A Presidente da Comissão concordou com a proposta de que a FAO fosse convidada para estar na próxima reunião da Comissão. A delegação brasileira se prontificou em formalizar o convite ao Diretor-Geral da FAO.

O Deputado Luís Moreira Testa, frisou que a Comissão 2 precisa ampliar os temas em debate. Ressaltou que os países da CPLP apresentam um imenso potencial de cooperação na área energética e que esse deveria ser um tema a ser explorado e aprofundado pela Comissão.

A Presidente abriu espaço para que se discutissem os pontos da pauta para o próximo encontro da Comissão, em Moçambique. Usaram da palavra os Deputados José Xavier

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Mendes, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, que salientou a necessidade de acompanhar o enfoque proposto pela Nova Visão Estratégica da CPLP, o Deputado Luís Moreira Testa, da Assembleia da República de Portugal, que apresentou proposta de inclusão do tema da Energia, a Deputada Luísa Damião, da Assembleia Nacional de Angola, que salientou a necessidade de incluir na agenda a avaliação do que foi cumprido e o tema das formas de cooperação entre os países. O Deputado Isaac Mandava, da Assembleia da República de Moçambique, salientou a relevância do tema das questões climáticas.

O Deputado Luís Moreira Testa, da Assembleia da República de Portugal, sugeriu a realização da próxima reunião da Comissão a 5 e 6 de março de 2018. A Presidente da Comissão propôs que o Brasil verificasse com o Diretor-Geral da FAO disponibilidade de agenda nos dias 5 e 6 de março de 2018.

O Deputado Nuías da Silva, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, salientou a relevância de temas como a proteção da infância, do incentivo ao investimento, sugerindo que a reunião se concentrasse na Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo reunião com a FAO, e por outro lado num tema geral, de Plataforma da CPLP, integrando a questão energética, a questão ambiental e a cooperação. Propôs que a questão econômica fosse tratada em Conferência a organizar na cidade da Praia, após assunção da Presidência por Cabo Verde. Propôs, igualmente, que seja criada e dinamizada uma plataforma virtual da Comissão para, de uma forma mais permanente, ir discutindo alguns temas de relevante interesse para a Comissão 2 e para a CPLP.

A reunião prosseguiu com a apreciação do documento de Diretrizes Mecanismo de Facilitação da Participação dos Parlamentares. A Presidente da Comissão salientou os aspetos relacionados com o ponto 3 do documento (Órgãos), tendo a Deputada Aba Serra, da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, usado da palavra sobre o tema 2 (Funções do Mecanismo). A Presidente colocou à votação o documento, que foi aprovado por unanimidade e aclamação. Relativamente à eleição do Presidente e Vice-Presidentes do Comité, foram eleitos para Presidente, o Deputado José Xavier Mendes, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, para Primeira-Vice-Presidente a Deputada Shéridan, da Câmara dos Deputados do Brasil, e para Segunda Vice-Presidente, a Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal.

14h30 Reunião da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP.

14h30 Depois de um breve intervalo para o almoço, as deputadas brasileiras (Rosângela Gomes, Benedita da Silva e Shéridan) encaminharam-se para a sala 6, reservada para a reunião da Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Compareceram à reunião as seguintes parlamentares: Deputadas Rosângela Gomes, Presidente da Rede de Mulheres da AP-CPLP, Deputada Benedita da Silva, Secretária-Geral da RM-AP-CPLP, e Deputada Shéridan (Brasil); Deputadas Luísa Damião e Eulália Silva (Angola); Deputada Georgina Gemiê (Cabo Verde); Deputada Aba Serra (Guiné-Bissau); Deputada Francisca Tomas (Moçambique); Deputada Elza Pais (Portugal); Deputada Celmira Sacramento (São Tomé e Príncipe).

Iniciando os trabalhos, a Deputada Rosângela Gomes convidou as Deputadas Benedita da Silva e Georgina Gemiê para assumir os lugares, respectivamente, de Secretária e de Vice-Presidente da reunião da Rede de Mulheres.

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Inicialmente, agradeceu-se a presença das Deputadas na reunião, cuja pauta apresentava os seguintes temas: As formas de Cooperação da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP em função dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas) e Violência Doméstica.

A palavra foi concedida à Deputada Elza Pais, a qual cumprimentou a Mesa e as Deputadas presentes. Em sua intervenção a Deputada fez referência à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Portugal, nomeadamente os objetivos 5.º, relativo à igualdade de gênero e 10.º, relativo à redução das desigualdades, dando nota sobre os progressos alcançados neste âmbito. No âmbito da violência doméstica, referiu que o número de queixas apresentadas tem aumentado, como resultado da sensibilização da sociedade para o problema, e observou que os inquéritos efetuados em Portugal demonstram a existência de violência no namoro entre os jovens portugueses. Referiu a aprovação da Lei da Paridade, a qual assegura a representatividade efetiva das mulheres na composição do parlamento português, correspondendo a uma representação mínima de 33,3% de mulheres. Fez menção também à aprovação prevista para 2018 de um Projeto de Lei que promove a paridade nos órgãos da administração e empresas do setor público e do setor privado, o qual estabelece a mesma regra de representação mínima de 33,3% para o setor público a partir de 2018 e para o setor privado de 20% em 2018 e de 33,3% em 2020. Destacou que este Projeto de Lei foi alvo de alguma polémica, tendo sido discutido junto à sociedade civil, sendo uma proposta do atual Governo. Por fim, informou que, em 2014 o crime de mutilação genital feminina foi elevado a crime público e que há, no momento, campanhas de sensibilização sobre as consequências nefastas que esta prática tem sobre saúde reprodutiva das mulheres.

Em seguida, pedi a palavra para apresentar as minhas considerações sobre os temas em pauta. Manifestei minhas preocupações com a forma como a sociedade patriarcal encara o papel da mulher na sociedade e na família; fiz referência aos objetivos do milênio e à necessidade de, no âmbito das políticas sobre a promoção da igualdade de gênero, serem tratadas simultaneamente as questões de saúde da mulher e de equiparação salarial, entre outras. Ressaltei que as questões envolvendo a igualdade de gênero são transversais e não podem ser tratadas de maneira isolada. Observei que muitos dos desafios que se apresentam às mulheres parlamentares são comuns aos diversos países representados na Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP e, lembrei que, no Brasil apesar de as mulheres representarem a maioria da população, não chegam a obter 10% de representação na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, observei que a meta alcançada por Portugal em termos de representatividade parlamentar constitui um exemplo a ser seguido por outros países. Encerrei minha intervenção, dizendo que, embora competência não esteja condicionada ao gênero, as mulheres geralmente demonstram sensibilidade especial para as questões sociais.

A intervenção seguinte coube à Deputada Luísa Damião, a qual cumprimentou as Senhoras Deputadas presentes e manifestou a sua satisfação em poder participar daquela reunião. Referiu que esta rede é uma plataforma importante de discussão de assuntos ligados à promoção da igualdade de gênero e que a cooperação é um pilar da política externa. A Rede de Mulheres da AP-CPLP constitui, portanto, o espaço ideal para fomentar a igualdade de gênero, fortalecendo o papel das mulheres na sociedade, na política e na economia. Mencionou que os mecanismos de cooperação da Rede de Mulheres

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Parlamentares da AP-CPLP devem continuar a ser aperfeiçoados tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma a assegurar o respeito pelos direitos humanos, assim como o reforço de medidas que permitam eliminar todas as formas de discriminação e de tráfico de mulheres. Entende que a Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP é o palco para atingir estes objetivos porque permite reforçar os laços de solidariedade, de diálogo e de partilha de boas práticas. Observou que a representatividade feminina na composição do parlamento angolano é de 31%, tendo sido maior no passado. Não obstante, relatou haver progresso na representatividade de mulheres no Governo. É seu entendimento que as mulheres são agentes de mudança pois levam os projetos para as comunidades, dizendo que, quando educamos uma mulher, educamos uma família e uma nação, pelo que, é importante continuar a promover políticas e ferramentas de empoderamento das mulheres. Da mesma forma, considera importante também promover a realização dos direitos de homens e mulheres e a remoção de obstáculos às mulheres no acesso aos cargos públicos. Encerrou informando que a Assembleia Nacional de Angola aprovou leis que criminalizam a violência contra as mulheres, constituindo o crime de violência doméstica um crime público. Foram também criados centros de aconselhamento jurídico de apoio à vítima, sendo que, nos casos em que a mediação feita por estes centros não obtém êxito, o caso segue para tribunal.

Foi dada a palavra à Deputada Georgina Gemiê, a qual iniciou a sua intervenção cumprimentando as Deputadas, e prosseguiu fazendo apanhado sobre a situação em seu país. Referiu a importância de conscientizar os partidos políticos para a necessidade de criação de quotas para uma maior representatividade das mulheres no parlamento cabo-verdiano e outras políticas de promoção de igualdade de gênero. Mencionou a preparação de *workshops* relativos à criação de legislação no âmbito da igualdade de gênero e sobre a IVG. Mencionou que a Rede de Mulheres Parlamentares criada no seio da Assembleia Nacional de Cabo Verde tem um ano e meio de funcionamento, sendo já visíveis resultados tais como a inscrição de uma rubrica específica para o financiamento de políticas para a promoção da igualdade de gênero no Orçamento de Estado, fato que permitirá uma utilização mais eficiente de recursos na promoção dos objetivos propostos. Enfatizou que a criação desta nova rubrica constituiu uma vitória significativa das mulheres parlamentares. Referiu também que a Rede de Mulheres tem levado a cabo uma fiscalização da implementação dos projetos do Governo neste âmbito e que a IVG já foi despenalizada em Cabo Verde. Por fim, sobre a violência, mencionou a diminuição do número de casos relatados entre os anos de 2014 e 2015 e um aumento entre os anos de 2015 e 2016, estando a ser aplicada uma política de sensibilização que procura combater este flagelo.

Em seguida, tomou a palavra a Deputada Benedita da Silva, a qual cumprimentou a Mesa e as Deputadas presentes, e iniciou a sua intervenção abordando a necessidade de criação de instrumentos que permitam uma ação concreta nesta área. No âmbito da violência doméstica, considera fundamental capacitar a mulher do ponto de vista das condições económicas e de acesso à educação, mas também, do ponto de vista de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de denunciar casos de violência doméstica, dando como exemplo a aprovação da Lei Maria da Penha. Observou que esta Lei procurou conceder não só proteção jurídica mas também meios que permitam à mulher obter independência financeira, sendo estes, dois fatores essenciais ao combate à violência doméstica. Sobre a independência financeira, referiu que os instrumentos implementados no Brasil passam pelos estímulos ao empreendedorismo e a redes de negócios, os quais incluem a

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

agricultura familiar. Nessa medida, propõe que no âmbito da CPLP, esta ideia seja replicada através da criação de uma rede de negócios, referindo a propósito da autorização de residência entre países da CPLP, a criação de uma colônia CPLP no Brasil como uma rede de apoio. Mostrou-se favorável à criação de quotas como forma de melhorar a representatividade feminina na política e mencionou a necessidade de criar um sistema econômico que integre os jovens, como forma de fixação daqueles nos seus países de origem, entendendo que as mulheres têm um papel importante a desempenhar nessa mudança de paradigma. Por fim, sobre a ideologia de gênero, este é um debate que está na ordem do dia e que é fomentado pela existência de um universo masculino muito forte, sendo este um debate importante que deve ser trazido para a CPLP.

A Senhora Deputada Elza Pais fez uma interpelação à Mesa para fazer um esclarecimento sobre a utilização da palavra quota nesse contexto, dizendo não se opor ao princípio, mas enfatizando que a expressão mais correta é a representação equilibrada de gênero e, acrescentou que, no seu entender, a discussão sobre a igualdade de gênero deve integrar também o dossiê LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), sugerindo que este tema seja incluído na ordem de trabalhos da próxima reunião.

A Deputada Eulália Silva tomou a palavra, em seguida, para expressar também a sua discordância em relação à utilização da palavra quota, porque a mesma é vista como um favor. Tal não significa que seja contra o princípio, pois considera que as mulheres devem continuar a trabalhar para conquistar o seu espaço na política. Entende, assim, que é através de um trabalho de sensibilização que o objetivo de promoção de igualdade de gênero pode ser alcançado, referindo a existência em Angola de centros onde as mulheres são treinadas para reagir à violência doméstica. Fez ainda referência ao fato de violência doméstica aparecer associada à pobreza mas lembrou que esta é um fenómeno que atravessa toda a sociedade.

Foi dada a palavra à Deputada Francisca Tomas a qual cumprimentou as Deputadas presentes e iniciou a sua intervenção demonstrando a sua concordância quanto à necessidade da criação de quotas como forma de representação paritária, felicitando Portugal por estender esta política aos órgãos de gestão e de fiscalização de empresas. Referiu que a realidade moçambicana se pauta por uma elevada percentagem de mão-de-obra feminina na agricultura sem que, no entanto, essa representatividade se manifeste num poder de ação das mulheres na economia. Deu nota da aprovação de leis que proíbem o tráfico de mulheres e criminalizam a violência doméstica, que concedem a propriedade da terra às mulheres e de proteção da maternidade, tendo sido o período da licença maternidade estendido para 3 meses, e o da licença paternidade, para 5 dias. Mencionou a promoção, junto às mulheres, do acesso ao microcrédito e ao fundo de desenvolvimento agrário, constituindo estas as maiores beneficiárias dessa espécie de auxílio. Indicou que a representatividade das mulheres na Assembleia da República é de 38,5% e que a presidente daquele órgão legislativo é uma mulher, tal como, a Procuradora-Geral da República de Moçambique, referindo que as mulheres também têm uma boa representatividade na composição do Governo. Observou que a Lei sobre sucessões está a ser revista, de forma a, tornar a mulher, no caso da morte do marido, a primeira na linha de sucessão hereditária, algo que não acontecia até aqui. A violência doméstica passou a ser um crime público, no entanto, o número de denúncias tem diminuído por medo de represálias. Mencionou que estão a ser tomadas medidas de consciencialização contra os

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

casamentos prematuros, os quais, impedem as meninas de continuar os seus estudos, tendo esta causa colhido a atenção da Primeira-Dama de Moçambique, a qual se associou à campanha de sensibilização. Referiu que está a ser preparada uma Lei sobre esta matéria que impõe uma penalização sobre os homens que casem com meninas. Por fim, mencionou que a aposta para o empoderamento das mulheres está a ser feita ao nível da promoção da educação e da saúde das mulheres.

Por fim, foi dada a palavra à Deputada Celmira Sacramento, a qual cumprimentou as Deputadas presentes e começou dizendo que em São Tomé e Príncipe foi aprovada uma Lei sobre a Paridade, mas esta não foi respeitada, sendo necessário reforçar a questão da proporcionalidade. Em relação à Bancada Feminina da Assembleia Nacional, disse que esta realizou algumas ações de formação e campanhas de conscientização, a fim de dar a conhecer e aplicar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Lembrou que a mulher contribui para todos os setores de produção ao lado do homem, mas o seu papel na economia e na sociedade não é reconhecido. Considera, por isso, ser necessário reforçar e dar visibilidade ao seu papel na sociedade como empresária, líder e mãe de família. Essa transformação passa pela tomada de medidas simples, porém eficazes, tais como os centros de ajuda contra a violência, a capacitação econômica, a educação dos filhos para o empoderamento, o combate à distinção de gênero na atribuição das tarefas domésticas, o combate ao tráfico de mulheres e a recusa de compra de produtos que explorem o corpo da mulher. Considera que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado pela ação das mulheres e que as ações de financiamento do ACNUR têm permitido a capacitação de Deputados e Deputadas, da sociedade civil e das instituições públicas para a promoção da igualdade de gênero, de centros de ajuda e dos ministérios para o financiamento e acompanhamento da implementação destas medidas. Sobre a promoção de políticas de igualdade de gênero, foi feita a sensibilização do ministro das finanças e do Presidente da Assembleia Nacional para a criação de uma rubrica específica no Orçamento de Estado para 2018, estando a aguardar o resultado. Considera que ainda existe um longo caminho a percorrer quanto à implementação de políticas de igualdade de gênero em São Tomé e Príncipe. Finalizou, referindo que o fenómeno da violência doméstica ainda não tem um acompanhamento apropriado, mas já foi elevada a crime público, tendo sido levadas a cabo, campanhas de conscientização para a denúncia de casos.

Feitas todas essas intervenções, a Deputada Rosangela Gomes, elaborou uma síntese dos temas discutidos, observando que a questão do equilíbrio na representatividade é um assunto que deve ser retomado nas próximas reuniões da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP. Sugeriu também a criação de uma campanha de luta contra a violência sobre as mulheres em todos os países da CPLP, e propôs diligências junto ao Banco Mundial para a obtenção de financiamento. Esta campanha teria como objetivo a educação e conscientização de toda a população, com especial enfoque em jovens e primeira infância. Nesse âmbito, sugeriu ainda, a criação de um pequeno orçamento, por país, para financiamento de políticas para a igualdade, dando como exemplo o Brasil, em que se discute atualmente, na Câmara dos Deputados, a aprovação de um fundo para o combate à violência contra mulheres.

A Presidente encerrou os trabalhos deixando a sugestão de três temas a tratar na próxima reunião:

- (1) A aprovação de uma Declaração de Compromisso dos Parlamentos da AP-CPLP de

VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

- combate à violência contra as mulheres;
- (2) Dar a conhecer este objetivo ao Presidente da AP-CPLP e Chefes de Delegação, assim como aos respetivos Governos nacionais, de forma a incentivar a constituição de fundos reservados ao combate à violência contra mulheres;
 - (3) A sugestão de que todos os países da CPLP tomem providências para a aprovação de uma Lei de Paridade.

17h30. Cerimônia de Abertura da VII Assembleia Parlamentar da CPLP

Todos os parlamentares se dirigiram à Sala do Senado para a Sessão de Abertura da Assembleia Parlamentar. Presidiram a sessão o Deputado Átila Lins, representando o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, Presidente da Assembleia da República de Portugal. Também se sentaram à Mesa SE Sra. Joana Lina, da Assembleia Nacional de Angola, como 1ª Vice-Presidente, SE Sr. Jorge Santos, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Vice-Presidente, SE Sr. Deputado Marcio Marinho, da Câmara dos Deputados do Brasil, como 1º Secretário, e SE Sr. Rui Figueiredo, da Assembleia Nacional de Cabo Verde, como 2º Secretário.

Iniciada a cerimônia, o Deputado Eduardo Ferro Rodrigues proferiu o discurso de boas-vindas aos representantes dos parlamentos participantes. Na sua intervenção, saudou os presentes, assinalou a importância da AP-CPLP e reconheceu o trabalho da Presidência brasileira no desenvolvimento da organização.

Coube ao Deputado Átila Lins, em seguida, apresentar algumas palavras em nome da Presidência da AP-CPLP. No discurso, apresentou as razões que impediram a participação do Presidente Rodrigo Maia na presente Assembleia Parlamentar e fez um retrospecto da contribuição feita pela Câmara dos Deputados para a evolução institucional da AP-CPLP. Lembrou à audiência que a VI AP-CPLP, realizada em Brasília, em abril de 2016, foi importante para estabelecer o consenso quanto ao estabelecimento de um Secretariado Permanente, e que, eventuais dificuldades de ordem técnica, não impediriam que a Câmara dos Deputados desse a sua contribuição para a efetivação dessa proposta. Além disso, mencionou importantes avanços no âmbito da cooperação técnica entre os parlamentos dos países da comunidade e a disposição do Brasil em incentivá-la e ampliá-la.

A próxima intervenção foi proferida pela Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, que destacou as linhas mestras da Nova Visão Estratégica da CPLP, enaltecendo em particular a contribuição que a Assembleia Parlamentar pode dar na conquista de prestígio interno e externo para a organização.

Finalmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, destacou a característica particular de a CPLP ser uma organização em que as decisões são tomadas por consenso e em que existe um traço comum de união, que é a língua, valorizou os novos eixos de trabalho na Comunidade, designadamente as parcerias económicas e o tema da conservação e uso sustentável dos oceanos.

05 de dezembro de 2017, terça-feira.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Às 9h30 do dia seguinte, a Assembleia Parlamentar retomou os trabalhos. Na ocasião, o Deputado Átila Lins proferiu um discurso sobre o lema da Assembleia “O Reforço dos Laços Institucionais entre os Parlamentos”. Fez uma recapitulação da trajetória da AP-CPLP até aquele momento. Ressaltou o quanto a AP-CPLP amadureceu institucionalmente desde a sua criação em 2007 e assinalou alguns pontos que poderiam fazer a cooperação entre os parlamentos ainda mais efetiva.

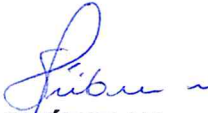
Depois de ouvidos os pronunciamentos de todas as delegações presentes sobre o lema da VII AP-CPLP, a Assembleia aprovou por consenso as seguintes deliberações:

- Deliberação n.º 1/2017 sobre a Nova Visão Estratégica e o papel dos Parlamentos Observadores na AP-CPLP;
- Deliberação n.º 2/2017 sobre o processo de constituição e de instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda, Angola;
- Deliberação n.º 3/2017 sobre o Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento.

A Assembleia aprovou ainda as Diretrizes para Facilitação da Participação dos Parlamentares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, para integração nos Estatutos do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo ratificado a designação dos membros para a sua Comissão Instaladora e a eleição do Presidente e Vice-Presidentes do Comitê de Coordenação, respectivamente, o Deputado José Xavier Mendes, da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Presidente, a Deputada Shéridan, da Câmara dos Deputados do Brasil, Primeira Vice-Presidente, e a Deputada Ângela Guerra, da Assembleia da República de Portugal, Segunda Vice-Presidente.

Tendo sido aprovadas as deliberações em pauta e não havendo mais oradores inscritos, os trabalhos foram encerrados às 17 horas. Em seguida, dirigimo-nos ao Salão Nobre da Assembleia da República para a assinatura dos documentos finais da VII AP-CPLP.

5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura do participante
13 de dezembro de 2017	 SHÉRIDAN Deputada Federal (PSDB/RR)

